

## ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

# 7<sup>a</sup>

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Vítor Manuel Parreira Batista, Presidente da Mesa, de Ilídio Granjo Vaz, Primeiro Secretário e de Sandra Cristina Mendo Moura, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes trinta e nove membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Vítor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Sandra Cristina Mendo Moura, Manuel Luís Varandas, Anabela Mendes Pereira, Ilídio Granjo Vaz, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Ana Cristina Preto Fernandes, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Paulo Ricardo Malta Coelho, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Filipe Manuel Ribeiro Pires, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Luís José Pinto Lopes, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, José Pedro Ovelheiro Amaro, Luís Filipe Marcos Castro, António Amálio Oliveira, António Luís Bernardo Martins, João Manuel Afonso Geraldês, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Luís Pedro Martins Lopes, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Pedro de Jesus Cordeiro, Carlos Manuel Preto Alves, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros, Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Miguel Bruno Martins e Carla Alexandra Reis Lousão. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**1.1- Ata da sessão ordinária do dia 29 de dezembro de 2022 -  
Apreciação e deliberação.** -----



- 1.2 - *Proposta de Votos de Louvor – Apreciação e deliberação.* -----
- 1.3 - *Proposta de Votos de Pesar – Apreciação e deliberação.* -----
- 1.4 - *Informação da correspondência recebida e expedida.* -----
- 1.5 - *Período de intervenção do público.* -----
- 1.6 - *Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.* -----
- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
- 2.1 - *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo - alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*-----
- 2.2 - *Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente à Cedência de Terreno para Alinhamento – Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro – Para Análise e Deliberação.*-----
- 2.3 - *Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo – Informação Referente à Transferência de Competências no Domínio da Ação Social – Alteração do Prazo – Para Análise e Deliberação.* -----
- 2.4 - *Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente – Informação Referente ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Para Análise e Deliberação.* -
- 2.5 - *Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente ao Protocolo de Cobrança Coerciva de Impostos e Outros Tributos Municipais – Para Análise e Deliberação.* -----
- 2.6 - *Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente à Tecsam – Apresentação de Projeto de Interesse Municipal – Para Análise e Deliberação.* -----
- 2.7 - *Gabinete do Presidente – Proposta – Manifestação de Apoio aos Agricultores do Concelho e da Região de Trás-Os-Montes e Alto Douro – Para Análise e Deliberação.* -----
- 2.8 - *Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Mogadouro – Revisão – Para Análise e Deliberação.* -----
- 2.9 - *Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo – Informação Referente à Apresentação da Proposta de Plano Municipal Para a Igualdade e Não Discriminação – Para Análise e Deliberação.* ---
- 2.10 - *Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás – Os – Montes (CIM-TTM) – Minuta do Contrato Interadministrativo de*

*Delegação de Competências – Para Análise e Deliberação. -----*

*-----2.11 – Designação de 2 (dois) Membros para Integrar a CPCJ de Mogadouro – Para Análise e Deliberação. -----*

*-----2.12 - Apoio às Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Para Conhecimento. -----*

*-----2.13 - Mapa de Apoio à Criação de Emprego – Para Conhecimento. -----*

*-----2.14 - Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Para Conhecimento. -----*

*-----2.15 - Mapa de Cedência das Máquinas no Concelho – Para Conhecimento. -----*

*-----3 - Outros Assuntos. -----*

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** cumprimentou todos os presentes e declarou abertos os trabalhos. -----

-----Antes de dar seguimento à ordem de trabalhos leu o seguinte: -----

-----Considerando o disposto na constituição da República Portuguesa e no regimento da Assembleia Municipal quanto à publicidade das respetivas reuniões e ainda em cumprimento do regulamento europeu 2016/679, que é o regulamento geral da proteção de dados e da lei nº58 de 2019 que assegura a execução deste regulamento na ordem jurídica nacional, informo que as sessões da Assembleia Municipal são gravadas e transmitidas em direto, as gravações serão mantidas nos serviços da Assembleia Municipal, pelo que as intervenções não poderão ser apagadas e não serão sujeitas ao direito de esquecimento, por visarem o prosseguido interesse público da publicitação e documentação histórica, farão parte da ata pelo que toda a gente é responsável por aquilo que disser, da forma como o disser e ninguém pode alegar desconhecimento relativamente à gravação e à manutenção da gravação nos serviços da Assembleia Municipal para documentação dos trabalhos e elaboração daquela. Estão todos conscientes que o ato está a ser gravado. -----

-----Começou por comunicar que existia uma alteração à “Ordem de Trabalhos”, da qual todos tiveram conhecimento, sendo que, os assuntos surgiram depois da convocatória, e na véspera desta sessão. Disse ainda, que os mesmos eram de carácter urgente, sendo eles os seguintes: -----

*-----Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente ao Protocolo de Cobrança Coerciva de Impostos e Outros Tributos Municipais – Para Análise e Deliberação. -----*

*- Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente à Tecsam – Apresentação de Projeto de Interesse Municipal – Para Análise e Deliberação. -----*

*- Gabinete do Presidente – Proposta – Manifestação de Apoio aos*

*Agricultores do Concelho e da Região de Trás-Os-Montes e Alto Douro – Para Análise e Deliberação.* -----

*- Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Mogadouro – Revisão – Para Análise e Deliberação.* -----

*- Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo – Informação Referente à Apresentação da Proposta de Plano Municipal Para a Igualdade e Não Discriminação – Para Análise e Deliberação.* -----

*- Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás – Os – Montes (CIM-TTM) – Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Para Análise e Deliberação.* -----

-----O senhor presidente, informou que iria propor à Assembleia Municipal a alteração à “Ordem de Trabalhos”. -----

► **JORGE DIAS** fez a seguinte intervenção: “o que me apetece dizer sobre este ponto é o seguinte: -----

-----Isto acontece, aconteceu no meu mandato, mas não foi com este exagero. São seis documentos importantíssimos, era preciso analisá-los ao pormenor, para estarmos devidamente preparados e se estão em condições de serem aprovados. -----

-----Considero que, além de ser uma falta de respeito para os membros é pouco dignificante para a nossa Assembleia.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Regras são regras. São assuntos importantes para o concelho, não se justificaria uma reunião extraordinária para aprovar estes documentos, ou, analisar e deliberar sobre eles, portanto, é de extrema urgência. Existe uma proposta de alteração, será votada, e cada qual mostrará a sua intenção de voto.” -----

► **ANTÓNIO MARTINS** fez a seguinte intervenção: “De certa forma tem lógica o que disse o meu antecessor. Ninguém gosta de chegar aqui e ter esta quantidade de documentos, sem o tempo necessário para os poder analisar, mas penso que, não tem sido prática comum, é preciso compreender que por outros motivos esta Assembleia Municipal está a decorrer a meio do mês, se esta reunião fosse no final do mês, certamente os assuntos iriam na Ordem de Trabalhos e teriam sido fornecidos atempadamente para se poderem analisar. São documentos importantes para o Município dos quais permitem agilizar processos e pôr algumas coisas em andamento, caso contrário teria de se fazer uma Assembleia extraordinária ou esperar até à reunião de abril. Qualquer das formas os documentos estão aí, apelamos que votem favoravelmente à introdução desses pontos, que sejam analisados e a seu tempo serão explicados pelo senhor presidente da Câmara.” -----

► **MANUEL LOBO** usou da palavra e disse: “Eu sou novo nestas andanças, mas não pude deixar de ficar espantado com esta situação, pontos de carácter urgente e que são importantes discutir, e é enviado um

email às seis da tarde e outro às oito da noite, com mais de duzentas páginas para analisar. -----

-----Eu pergunto-me, se vocês, acham isto normal? Ponham-se na minha posição como deputado, como posso decidir em consciência cada um destes pontos, recebendo a documentação às seis da tarde ou oito da noite, dependendo de quando se vê os emails. Portanto, a digitalização é ótima, mas acho que não deve ser usada como expediente para facilitismos, como este tipo de situações.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “O gabinete da Assembleia Municipal recebeu os documentos entre às quatro e cinco horas da tarde, a Assembleia fez aquilo que deveria fazer, portanto, optar por colocar os documentos no lugar de cada um no próprio dia, como era habitual, optou por disponibilizar em tempo útil, enviando por email. ---

-----Estamos a fazer o procedimento normal, se o Sr. deputado entender que não deve ser alterada a Ordem de Trabalhos, têm a sua autonomia. São documentos de interesse para o concelho, para o Município e a mesa entende que deve ser considerado apto para ser colocado à consideração da Assembleia para se fazer a alteração. Se a mesma decidir que não é oportuno, convoca-se uma reunião extraordinária ou espera-se pela próxima sessão ordinária, será sempre a Assembleia a deliberar. A mesa da Assembleia Municipal, fez tudo o que estava ao seu alcance e disponibilizou antes da sessão, algo que não era feito, pois só eram colocados os documentos no próprio dia. Há sempre uma primeira vez para tudo. Estamos a pensar no interesse do Município não no interesse próprio. -----

-----A lei prevê exceções, estamos a usar a normalidade da exceção.” -----

----- Colocada a votação pelo senhor presidente da Assembleia, a alteração da Ordem de Trabalhos foi aprovada por maioria, com (0) zero votos contra, (1) uma abstenção e (38) trinta e oito votos a favor. -----

► **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**1.1- Ata da sessão ordinária do dia 29 de dezembro de 2022 - Apreciação e deliberação.** -----

-----Depois de colocada a ata à apreciação do plenário e sem ter havido intervenções, o senhor presidente da Assembleia submeteu-a à votação. ----

-----A Ata foi aprovada por unanimidade. -----

-----**1.2 - Proposta de Votos de Louvor – Apreciação e deliberação.** -----

-----O senhor presidente da Assembleia, comunicou a existência de duas propostas, uma do Partido Socialista (PS) e outra do Partido Social Democrata (PSD), referentes ao mesmo assunto. -----

► **JORGE DIAS** fez a seguinte intervenção: “a nossa proposta de louvor relaciona-se com a Associação Maschocalheiro de Bemposta e a AECT- Duero-Douro. Se a proposta do Partido Social Democrata (PSD) é a mesma, acho que deveria ser uma proposta conjunta.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “as propostas são sobre o mesmo assunto, apresentadas de maneiras diferentes. Eu daria oportunidade ao Partido Social Democrata (PSD) para expor a sua proposta.” -----

► **CONCEIÇÃO MEIRINHO** fez a seguinte intervenção: “a nossa proposta é sobre o mesmo assunto, no entanto, difere um bocadinho. Assim sendo, passo a ler o seguinte voto de louvor: -----

*----- O Grupo Parlamentar do PSD vem nesta Assembleia Municipal propor um voto de louvor à Associação Maschocalheiro de Bemposta e a todas as instituições que colaboraram e apoiaram a realização do III Encontro de Rituais Ancestrais, nomeadamente a Junta de Freguesia de Bemposta, o Município de Mogadouro e a AECT Duero-Douro, que fizeram com que este evento tivesse um êxito amplamente reconhecido aquém e além-fronteiras, elevando desta forma o nome de Bemposta, do Concelho de Mogadouro e de uma região no seu todo. -----*

*-Acreditamos que a cooperação entre as entidades referidas foi a chave do sucesso e permitiu dar um passo em frente nas medidas de preservação, valorização e divulgação do património relacionado com os rituais ancestrais. -----*

*Pelo exposto, propomos que seja votado e aprovado o presente Voto de Louvor.” -----*

► **PAULO CARVALHO** usou da palavra e disse: “houve uma pequena confusão. A proposta do Partido Socialista (PS) engloba três votos de louvor, não só a Associação Maschocalheiro de Bemposta. -----

-----Vou passar a falar dos três votos, poderíamos votar o voto da Associação Maschocalheiro de Bemposta em conjunto e os outros dois votos em separado.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “a proposta de voto de louvor da Associação Maschocalheiro de Bemposta irá ser conjunta.” -----

► **PAULO CARVALHO** fez a seguinte intervenção: “a Bancada Parlamentar do Partido Socialista (PS) propõe aprovação de votos de louvor a: -----

-----Associação Maschocalheiro de Bemposta e à AECT Duero-Douro, pela excelente organização do evento Encontro de Rituais Ancestrais dois mil e vinte e três, que na sua terceira edição atingiu um patamar de visibilidade e implementação, quer nacional, quer internacional, que muito honra e dignifica todo o concelho. A temática diferenciadora apresentada com este evento, bem como a importância do derrube biológico das fronteiras físicas e respetiva aproximação social e turística aos nossos vizinhos Espanhóis, merecem da nossa bancada um destaque especial de reconhecimento, pois reflete aquilo que sempre defendemos: apresentar diferença dos demais, fazer bem e com grandeza. -----

-----Portanto, a única diferença é que nós propomos um voto de louvor à Associação Maschocalheiro de Bemposta e à AECT Duero-Douro.” -----

-----O senhor presidente da Assembleia, deu um minuto para os grupos parlamentares se entenderem em relação à primeira proposta. -----

-----Foi acordado pelos grupos parlamentares que a proposta aprovada seria a que foi apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD), a mesma foi aprovada por unanimidade dos membros presentes. -----

----- O senhor presidente da Assembleia, comunicou a existência de mais duas propostas de voto de louvor, solicitando a sua apresentação. -----

► **PAULO CARVALHO** fez a seguinte intervenção: “as duas propostas que levamos a votação tem a ver com: -----

-----Sandra Cristina Pires Lopes, filha de Arnaldo Lopes e Adélia Pires, para quem não conhece, a Sandra é prima do nosso colega de Assembleia, Filipe Pires, foi a produtora do álbum “Ancestros Sinfónicos” de Alfonso, Sinesis e Eme Alfonso, ganhou em dois mil e vinte e dois um Grammy na música latina, sendo considerado o Grammy de melhor álbum Folclórico. --

-----Por último: -----

-----Beatriz Teixeira Meleiro, filha de Sónia Teixeira e José Carlos Pascoal Meleiro, naturais de Peredo da Bemposta, é atleta em Karaté Shotokan, na Escola de Karate Shotokan Pedro Duarte, em dois mil e vinte e dois representou Portugal no Campeonato Mundial de Karate Shotokan, prova organizada pela World Shotokan Karate Association (WSKA), e decorreu em Liverpool - Reino Unido, recebeu a honrosa medalha de Bronze – Kumite Equipa Juniores. -----

-----Portanto, cultura, arte e desporto representados mundialmente tão bem por estes digníssimos Mogadourenses, merecem todo o nosso respeito e orgulho, e por isso, propomos a todo o plenário a votação favorável dos votos de louvor.” -----

-----Colocadas à votação pelo senhor presidente da Assembleia, ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. -----

**1.3 - Proposta de Votos de Pesar – Apreciação e deliberação.** -----

-----Não havendo propostas passamos ao **1.4 - Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

**1.4 - Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

-----Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia Municipal desde a última sessão até ao dia três de fevereiro de dois mil e vinte e três.-----

-----Não havendo intervenções passou-se ao ponto seguinte. -----

-----**1.5 Período de Intervenção do Público.** -----

-----Não houve público presente para intervir. -----

**1.6 - Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.** -----

► **FILIFE PIRES** usou da palavra e disse: “soube-se ontem através das redes sociais que esta Câmara Municipal foi alvo de buscas por parte da Polícia Judiciária (PJ). Queremos nesse sentido, perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o que nos pode transmitir relativamente a esse assunto. -----

-----Relativamente à última reunião desta Assembleia foi dito pelo deputado do Partido Socialista (PS), Manuel Lobo, que o orçamento apresentado era um orçamento virado para o cimento e alcatrão. Referindo-se, por exemplo, ao investimento previsto para a requalificação do Bairro de São José e para a construção do novo Ginásio Municipal. -----

-----Questionamos a bancada do Partido Socialista (PS), se no seu entender os moradores do respetivo Bairro não são merecedores desse investimento? Pois proporcionará melhores condições de mobilidade e habitabilidade, entre outras. -----

-----Em relação ao ginásio Municipal, o atual, como sabem ou deveriam saber, foi instalado naquele sítio com carácter provisório. O mesmo não oferece as condições devidas a quem o utiliza, e já deveria ter sido resolvida a situação há muito tempo. No nosso entender, a construção do novo espaço, peca por tardia. -----

-----Por último, acham os senhores deputados do Partido Socialista (PS) que é mais benéfico para os munícipes, esbanjar-se dinheiro a pintar “paredes” nas principais artérias da vila a um mês das eleições?” -----

► **PAULO CARVALHO** fez a seguinte intervenção: “há uns meses atrás, recebi com grande agrado a notícia da intenção da criação de uma marca-chapéu ou chancela, como queiram, para promoção dos produtos e produtores locais, acompanhada do desenvolvimento de uma imagem apelativa e correspondentes meios de venda e divulgação dos mesmos. ----- Esta era uma ideia que vinha defendendo, e não só eu certamente, há já vários anos, e portanto quando abordado para dar o meu contributo ideológico e desafiado simultaneamente com o repto de associar a empresa e os produtos que comercializo a este projeto, rapidamente aceitei o desafio, sendo provavelmente até dos primeiros a fazê-lo, depositando a confiança que a evolução natural de um projeto já existente, a Plataforma Mogadouro-ON, fosse efetivada e regozijei-me com esta nova abordagem.

De fato, continuo crente de que o projeto é extremamente importante para ajuda ao escoamento dos nossos produtos, na promoção dos mesmos, ou até na própria promoção do Município, num todo. -----

Acreditei e continuo a acreditar. -----

O que começo a desacreditar é realmente na existência de uma política de promoção de produto, na política de promoção turística, patrimonial e social do Concelho de Mogadouro, que seja pensada, organizada e consistente. -----

E justifico esta minha descrença com alguns considerandos: -----

Tenho acompanhado os locais e eventos onde a «origem Mogadouro» tem estado presente. -----

Dou como exemplos Macedo de Cavaleiros - Feira da Caça, mais recentemente Bemposta - 3º encontro dos Rituais Ancestrais, e penso que também em Miranda do Douro, no Festival dos Sabores Mirandeses. -----

E muito bem! -----

Mais. Defendo que deveria haver mais e maior solidariedade institucional entre municípios e estes, pelo menos os vizinhos, estarem bem representados em cada um dos eventos que organizassem. Daria força e acréscimo de visitantes, entre tantas outras coisas que poderemos um dia debater. -----

Mas, reflitamos. -----

É em Macedo, Miranda ou Bemposta que a promoção dos nossos produtos ganha verdadeira importância e dimensão? -----

Não deveríamos focar a promoção, quer dos produtos, quer do Território, nos verdadeiros certames, Nacionais e Internacionais, junto das massas e com uma abrangência global e mais alargada? -----

Uma presença não invalida a outra, mas falta uma delas. -----

Continuo sem perceber a ausência do Município e da marca «Origem Mogadouro» na BTL de 2022 - Bienal de Turismo de Lisboa, ou na FITUR 2022 em Madrid, que é só um dos maiores certames da Europa. -----

Ou nas Feiras Agrícolas de Santarém ou Salamanca, por exemplo. -----

Mais. Neste momento, com as Comunidades Intermunicipais, com as Associações de Municípios, ou Associações Comerciais, entre outras entidades, é mais fácil e até menos oneroso fazer essa representação. -----

E nem isso temos sabido capitalizar, como o tão bem têm feito por exemplo concelhos vizinhos, perdendo tempo e visibilidade e a tal centralidade de que tanto falamos. -----

Ontem mesmo, e nestes dias, decorre na Alemanha, em Nuremberga, a BIOFACH 2023, uma feira de produtos biológicos, a maior do mundo, onde está presente uma delegação dos Lagos do Sabor e da sua recentemente criada bio-região. -----

Tivemos a perceção da presença pelo menos dos Presidentes de Macedo de Cavaleiros e de Alfândega da Fé. -----

E nós, e Mogadouro? Quem nos representou? -----

Que conhecimento tiveram os produtores e os produtos associados à marca, os presidentes de junta, as empresas ligadas ao setor, da existência desse mesmo evento? -----

Origem Mogadouro? -----

Sim! Claro que sim. -----

Estaremos sempre lado a lado com este fabuloso e importantíssimo projeto. Demasiado importante para não estar onde deve e é imperioso e urgente estar. -----

E mesmo no processo de compra ou visualização na página online, as fragilidades e inoperacionalidade é por demais evidente. -----

Dou um exemplo: -----

Se clicarmos em qualquer uma das áreas disponíveis, por exemplo Fumeiro ou Vinhos, não conseguimos ter acesso, nem ao produto, nem tão pouco aos produtores que os podem comercializar. -----

Recebo, por exemplo, na Transmontanices, imensas reclamações por divulgar uma coisa que não funciona. -----

Excetuando a possibilidade de adquirir cabazes completos, não há um carrinho de compras (se é que esse é o objetivo) ou mesmo um contacto direto aos produtores que têm aí os seus produtos alojados. -----

Não tenho conhecimento efetivo dos números de vendas associadas ao projeto neste momento, mas temo que seja muito aquém do desejado, e há que também acelerar nesse processo. -----

Tenho a maior fé na plataforma, na sua importância, bem como na pessoa ou equipa que a está a tentar efetivar. -----

Mas urge colocar a fasquia um pouco mais alta na política de promoção do Município, se queremos de verdade fazer chegar o que é nosso ao conhecimento das massas, do mundo, ou até da própria diáspora. -----

Senhor presidente, há imensos caminhos que poderemos percorrer para efetivar um verdadeiro apoio aos produtores e às empresas, e como sempre, não nos limitamos à crítica pela crítica. -----

Far-lhe-emos chegar muito em breve propostas concretas daquilo que defendemos para ajudar à agilização deste processo promocional, tão importante para todos nós Mogadourenses. -----

E antes que esgotem os meus cinco minutos, aproveito também para agradecer, quer em nome pessoal, quer da bancada que represento, os convites que as Juntas de Freguesia de Urrós e Castro Vicente nos endereçaram para estarmos presentes nas suas ações e eventos. -----

Essa solidariedade e respeito institucional só nos engrandece como munícipes e como Município. -----

Tenho dito.” -----

► **CONCEIÇÃO MEIRINHO** fez a seguinte intervenção: “venho ler uma moção conjunta, apresentada pelas duas bancadas: -----

-----*Moção Conjunta de Apoio e de Reconhecimento ao Movimento Cultural da Terra de Miranda e aos Municípios de Mogadouro e de Miranda do Douro.* -----

-*É do conhecimento público que o Movimento Cultural da Terra de Miranda foi e continuou a ser um dos grandes percussores da luta dos Municípios com barragens pelo direito de receber os benefícios fiscais relacionados com a propriedade, com a exploração e com a negociação desses empreendimentos.* -----

-----*No dia 3 de fevereiro de 2023 o Senhor Secretário de Estado dos*

*Assuntos Fiscais, Dr. Nuno Félix, emitiu um despacho onde é comunicado que a Autoridade Tributária passa a estar obrigada a aplicar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) às barragens. -----*

*-----Esta Decisão terá efeitos retroativos aos últimos quatro anos, representando um grande passo na luta pelos direitos dos nossos concelhos, onde as barragens produzem uma enorme riqueza sem que esse valor repercuta em contrapartidas e em desenvolvimento para o território, numa medida justa e proporcional.-----*

*-----Os Municípios, enquanto titulares destes direitos, souberam reclamá-los e não hesitaram em efetuar todas as diligências necessárias junto das autoridades, assumindo e cumprindo o seu dever de defesa incondicional da terra e das pessoas. O entendimento entre o Município de Miranda do Douro e o Município de Mogadouro foi fundamental para este processo e para que hoje possamos alegrar-nos com este progresso na luta pelos direitos territoriais sobre os benefícios fiscais relacionados com os aproveitamentos hidroelétricos instalados nos nossos concelhos. -----*

*-----Nós, os signatários desta Moção, manifestamos o nosso reconhecimento ao trabalho dos Municípios de Mogadouro e de Miranda do Douro e do Movimento Cultural da Terra de Miranda e expressamos o nosso total apoio no referente a esta causa, tanto ao Movimento Cultural da Terra de Miranda como aos Municípios de Mogadouro e de Miranda do Douro, e comprometemo-nos a apoiar as iniciativas destas entidades no âmbito dos procedimentos de reclamações dos direitos fiscais dos concelhos com barragens.” -----*

*-----A moção foi colocada a votação pelo senhor presidente da Assembleia, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----*

► **JORGE DIAS** fez a seguinte intervenção: “a minha questão é dirigida à senhora vereadora da Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, e tem a ver com a habitação. Temos conhecimento de casos difíceis de algumas famílias, algumas estão em risco de ficar na rua, porque, infelizmente vão ser despejadas das habitações. Segundo soubemos um dos casos veio solicitar ajuda à Autarquia, o que a senhora nos disse é que marcou uma reunião entre a Segurança Social e a Autarquia, e ficaram de lhe dar uma resposta. -----

*-----Deixo um alerta, existem outros casos. -----*

*-----Este caso é muito urgente, porque a senhora dia vinte e oito de fevereiro vai ser despejada e tem duas filhas pequenas. -----*

*-----É nossa obrigação como membros estarmos atentos a determinadas circunstâncias.” -----*

► **MANUEL LOBO** usou da palavra e disse: “já que o meu nome foi citado pelo deputado, Filipe Pires, venho esclarecer algumas questões, pelos vistos mesmo estando gravadas não ficaram claras. -----

*-----Recordo-me perfeitamente da intervenção. Estava e estou preocupado*



em relação ao orçamento, considero muito expansionista, muito focado no betão e alcatrão e pouco focado nas pessoas. Considero que aqui em Mogadouro temos uma falta, e é de pessoas, não temos falta de betão nem de alcatrão, e se houve algum excesso de betão ou alcatrão anteriormente, estou contra, tal como estou hoje, com mais placas ou menos placas que possam colocar à beira da estrada. -----

-----Relativamente ao Ginásio e ao Bairro de São José, não os coloquei ao mesmo nível. -----

-----Os investimentos que me preocupavam e eu considerei excessivos foram os seguintes: Ginásio, Casa Mortuária, Moderno Escondido e o Matadouro Municipal. Em relação ao Bairro de São José apenas referi que era um investimento de grande “montra”, na ordem de dois milhões e meio se não derrapar com a inflação e que estranhava ser semelhante ao Ginásio, sendo este de dois milhões de euros, sendo que, já existia um Ginásio, já existia essa oferta. Embora as condições possam ser precárias, pois não sei o que faz falta neste momento nem se o nível de utilização o justifica, mas foi o que dissemos, era de um retorno social questionável, digamos assim, dois milhões de euros num Ginásio neste momento. Quando temos a Biblioteca que está com baldes por todos os lados e não se pode estar no edifício com o frio. -----

-----Em relação ao Bairro de São José, claro que a requalificação é necessária, não o coloquei ao mesmo nível do Ginásio nem do Moderno Escondido de Bemposta, nem da Casa Mortuária nem do Matadouro Municipal, apenas disse que era um investimento de grande “montra”, investimento expansionista da parte deste Executivo, considerava que tem riscos, tem muitos riscos devido à inflação e obviamente acho que houve alguma interpretação excessiva das minhas palavras. -----

-----Para mim era preferível investir na manutenção dos equipamentos já existentes, investir em saúde, investir em pessoas, investir na fixação de pessoas, investir na atividade de empresas, investir no socorro às nossas populações com reforço da EPI – Equipas de Intervenção Permanente, isto seria muito mais importante do que betão e alcatrão. -----

-----Foi aquilo que eu disse e mantenho.” -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “eu sai para a rua porque sou presidente geral da Associação Maschocalheiro de Bemposta, sou sócio fundador e, portanto, tinha de sair, não queria atuar. -----

-----Em relação ao meu voto contra da última Assembleia, gostava de deixar a minha opinião, constatação dos factos: Em maio de dois mil e vinte e um, o relatório final do grupo de trabalho, despacho n.º 866/2021, conhecido pelo nome “Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua”. O presidente em exercício nessa data, assinou um Protocolo de Colaboração Técnica, o senhor Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, onde consta no conjunto



de Municípios um total de cento e trinta e três (133) projetos, tendo Mogadouro uma taxa de aprovação de treze (13) % com financiamento aprovado e outros mais, mas sem verbas atribuídas, a título de exemplo “a recuperação da pedra de Bemposta”, estes investimentos incidem muito no ciclo urbano da água, muitas das obras em execução estão financiadas no âmbito deste protocolo. Neste relatório está o projeto NGD2 – Remodelação de Infraestruturas do Cardal do Douro com financiamento POSUER, o retirar desta rubrica do Plano de Investimentos de dois mil e vinte e três, só pode ser por engano ou por outras intenções. Para clarificar o assunto faço as seguintes perguntas ao anterior presidente de Câmara. ----  
-----O que estava neste relatório do Protocolo de Colaboração, era para executar as fontes de financiamento que estavam previstas e asseguradas, e respetivas verbas para a sua execução. Houve alguma revisão, alteração no tempo em que V. Exa foi presidente? É possível alterar sem o conhecimento de outras entidades envolvidas neste protocolo? Se era uma obra com financiamento necessário para melhorar a água, melhorar o serviço aos Municípios e para se evitarem muitas fugas de água, se era intenção do senhor vereador, Francisco Guimarães, a sua execução, deve ser introduzida o mais rápido possível no Plano de Investimentos, para ter execução da obra física em dois mil e vinte e três, pois este protocolo termina em dois mil e vinte e seis.” -----

► **MÁRCIA BARROS** usou da palavra e disse: “num primeiro ponto, gostava de dizer o seguinte em relação ao III Encontro de Rituais Ancestrais, e como está aqui o senhor, Belmiro Ferreira, ele pode constatar e atestar que fizemos parte da organização, houve reuniões aqui na Câmara, não fomos simples parceiros nem copromotores fomos coorganizadores. O senhor presidente da junta de Bemposta poderá falar sobre o assunto. -----  
-----Outra questão, gostava de deixar alguns pontos relacionados com o que o senhor, Paulo Carvalho, falou em relação à marca “Origem: Mogadouro”. A marca “Origem: Mogadouro” em dois mil e vinte e dois ainda não existia, ontem não sei se tiveram oportunidade de ver tivemos a quinta reunião colaborativa do Turismo. Um dos pontos, foi a organização da presença dos diferentes Municípios na BTL, e a marca “Origem: Mogadouro”, estará presente. Haverá uma hora destinada à mesa com a marca, portanto, os produtores serão convidados a estarem presentes com os seus produtos. Em termos de informática, o que temos visto é o que tem acontecido no site da Câmara, a celeridade não é o que prima em todo este processo e realmente tem ocorrido alguns entraves, ainda ontem discutimos esse ponto. -----

-----O caso em concreto que o senhor deputado falou, chegou em dezembro, houve uma reunião extraordinária do Núcleo Executivo do Concelho Local da Ação Social, pois chegou uma notificação do Ministério Público onde comunicava que uma família com duas menores iria ser

desalojada. Reunimos o Núcleo Executivo do Concelho Local da Ação Social e tentamos chegar a um consenso a Segurança Social também está ao corrente, no entanto tivemos conhecimento da ação de despejo já no limite. Aquilo que nós conseguimos fazer foi chegar à fala com o senhorio através da advogada, funcionamos como mediadores, e houve um compromisso que teria mais dois meses para se organizarem (janeiro e fevereiro). O que aconteceu é que o senhorio alega que existem rendimentos para outras despesas, eles tem conhecimento de causa, e não existe rendimento para pagar a renda. A família comprometeu-se a pagar o janeiro e fevereiro até a situação estar resolvida. Recebi um email em como estavam incluídas menores e como faz parte do Núcleo Executivo do Concelho Local da Ação Social a CPCJ ficou de confirmar o pagamento. Em janeiro recebi email a confirmar o pagamento da renda, neste mês e porque essa ressalva já tinha ficado feita, se eventualmente recebessem o RSI um pouco mais tarde poderiam em fevereiro atrasar-se no pagamento da renda. -----

-----O que se está a verificar a nível da habitação social, é que com a pressão da atribuição das casas do bairro Fundo de Fomento, as pessoas dizem que estão com dificuldades. A ata da atribuição será publicada brevemente porque foi à reunião de Câmara, o que verificamos de acordo com o regulamento, é que um dos critérios é a apresentação do recibo de renda, e a maior parte das pessoas não o fizeram, isto é, não o entregaram, em termos de regulamento não é possível atribuir casas nesses casos. O que se pode pensar é que quem não tem recibos de renda é porque tem habitação própria. Algumas das pessoas que não apresentaram recibo de renda estão a alugar casas e vem pedir à Câmara o “apoio ao arrendamento” de seis meses. Quando for uma nova fase de candidaturas já terão recibo de renda. Solução? Vamos analisando caso a caso.” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “aproveitava para clarificar algumas hesitações e algumas questões suscitadas por alguns membros da Assembleia Municipal, relativamente à questão da Câmara deixar para o último dia ou entregar com pouco tempo alguns pontos que acabaram de aprovar para entrar na ordem de trabalhos. Serei muito breve, só para relevar a importância deles por um lado, mas também e já foi referido o encurtamento que houve para a marcação desta Assembleia que se antecipou justamente por causa da alguns pontos. -----

-----A Cobrança Coerciva de Impostos e Outros Tributos Municipais, é referente a um processo do qual andamos a tratar há muito tempo junto à Autoridade Tributária, e que chegou justamente esta semana da mesma (AT) o Protocolo que temos de celebrar com eles, para podermos evitar que todos os meses caiam na Câmara a devolução de duzentas, trezentas ou quatrocentas cartas da água. O que acontece é que são devolvidas muitas vezes porque os correios tem diretivas, e se não tiver caixa do correio ou

número de porta, devolvem as cartas, mesmo sabendo quem são as pessoas. De certeza que a vocês também já vos aconteceu. -----

-----A propósito da Tecsam, reuni há relativamente pouco tempo com a direção, a mesma pediu para ser recebida para apresentar o Estudo Prévio daquilo que pretende executar no terreno que a Câmara lhe cedeu o direito de superfície, junto à Hemodiálise, sustentado por duas razões: -----

-1.<sup>a</sup> – Se não fizer este investimento eventualmente terá de despedir algum pessoal, porque não lhe permite ter técnicos com a capacitação que tem neste momento. -----

2.<sup>a</sup> – Pretendem instalar um apoio complementar que já tinha sido divulgado, são os bungalows de apoio ao turismo de saúde, acho que são cinco ou seis bungalows, uma piscina e uns logós a embelezar a zona em torno da Hemodiálise. -----

Aproveito para dizer que o próprio proprietário da Hemodiálise, Dr. Nunes Azevedo, confidenciou-me que está a tratar e que já tinha previsto para a área atrás do Laboratório de Análises a instalação de um polo do Hospital Terra Quente para consultas de especialidade, pedi-lhe inclusivamente para que implementá-se a consulta de gastroenterologia, para evitar que as pessoas se desloquem para fora. Também está a colocar outra hipótese, inclusivamente, através do Hospital Terra Quente, alugar o segundo piso do Centro Comercial de Mogadouro para eventualmente instalar o polo. -----

-----Em relação ao Apoio aos Agricultores do Concelho, podia ter esperado, mas devemos expressar o nosso apoio, efetivamente houve quebras na produção, e portanto, é importante fazer chegar a posição da Assembleia Municipal ao governo. -----

-----Em relação à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Mogadouro, é o seguinte, tínhamos aprovado em reunião de Câmara e reunião de Assembleia Municipal uma alteração à ARU de Mogadouro, porque a inicial tinha sido muito limitada, acontece que, estive a analisar a delimitação ao pormenor e constatei que estávamos a executar inclusivamente obras que não eram abrangidas pela ARU, tais como, a ligação do Bairro do Valado ao Complexo Desportivo. Temos previsto os equipamentos no Juncal onde irá ser construído o Parque Biológico do Juncal, portanto, entendi que uma vez que os Fundos Comunitários estão a ser preparados, o processo vai ser idêntico ao PT2020, tem de ter financiamento ao nível do Planos de Ação para a Reabilitação Urbana (PARU), tem de estar dentro da área urbana, solicitei ao gabinete, que o fez sem qualquer custo adicional, a alteração incluindo todo o espaço que contorna o parque do Juncal, ou seja, os doze hectares do parque envolvendo o Juncal e o Complexo Desportivo. Para quê? Para potenciar futuras candidaturas ao 2030. -----

----- Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação é uma obrigatoriedade, devo dizer que, enalteci as pessoas que estiveram a

trabalhar no assunto, foi feito em grande medida pela Câmara. Apesar de ter sido adjudicado pela CIM-TTM a uma empresa, a mesma apenas atuou por videoconferência, todo o trabalho foi realizado na Câmara. Cada um pensará dele o que quiser, eu acho que nós não temos problemas de igualdade de género, mas o Plano teve de ser elaborado, envolveu fóruns, reuniões, entre outras coisas, confesso que foi o Plano que deu mais trabalho, mais trabalho que os próprios Regulamentos elaborados pela Câmara Municipal. -----

-----Em relação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, na última reunião da CIM-TTM, foi discutida a questão de as Câmaras poderem delegar competências na CIM-TTM no âmbito do pagamento de multas de estacionamento. Era uma competência da Câmara, mas a CIM-TTM tendo pessoal disponível, propôs que a mesma trata-se independentemente das verbas cobradas virem na totalidade para a Câmara de Mogadouro, uma vez que a Câmara já suporta a estrutura de funcionamento da CIM-TTM. Portanto, as multas de estacionamento, passam a ser cobradas pela CIM-TTM e o dinheiro é enviado para a Autarquia. -----

-----Projeto “Origem: Mogadouro”, por um lado elogia-se, por outro lado é referido que não está a ter o desenvolvimento que deveria ter. Eu quero apenas dizer que este projeto é um projeto de longo prazo, é um projeto que está a ser desenvolvido e, portanto, as suas componentes irão ser implementadas ao ritmo que foi planeado. Naturalmente, como todos os sistemas tem falhas, nesse aspeto devo dizer, que sabemos muito bem o caminho que temos de trilhar, estamos a trilhar esse caminho paulatinamente e naturalmente deve ter um princípio. Teve de se criar a plataforma, convidar os aderentes, mobilizar os aderentes para novas formas de comercialização e divulgação. -----

-----Ainda não tinha dado essa informação, mas estávamos a preparar um centro Coworking ao lado do Posto de Turismo, era uma candidatura da CIM-TTM, no entanto, pedi para ser alterado para o EPVARA, para podermos através do projeto “Origem: Mogadouro”, utilizar o espaço onde estava o café e adapta-lo para a comercialização efetiva e direta dos produtos do concelho. -----

-----Em relação à Associação Maschocalheiro, permitam-me que vos diga: nós não temos que elogiar só aquilo ao qual estamos ligados ou àquilo que dirigimos, não temos de ter complexos pelo facto de estarem outros à frente da Câmara e por existirem alterações no funcionamento das Associações. Devo dizer que solicitaram à Câmara para participar na promoção desse evento e fê-lo com muito gosto, fê-lo em reuniões aqui na Câmara e numa reunião em Bemposta, onde ficou claro as funções que cada entidade iria desempenhar no III Encontro de Rituais Ancestrais. Digam o que disserem, pensem o que quiserem, querem elogiar a

Maschocalheiro. Posso dizer que fiquei com a melhor das impressões de todas as pessoas que constituem e que estiveram a trabalhar por parte da Associação Maschocalheiro. No entanto, não se fazem ovos sem omeletes, vocês devem reconhecer que o subsídio que era atribuído andava na ordem dos mil euros, com mil euros não se fazem omeletes, porque isso não são ovos. Para fazer um evento com aquela dignidade, com aquela dimensão, com as proporções que atingiu, foi preciso pensá-lo e naturalmente por pressão da Maschocalheiro, por entendermos que era um ritual, era ali que deveria ser realizado porque tem tradição. O Chocalheiro de Bemposta, sempre existiu, nunca acabou a tradição, como outras que tem lá e eu tive oportunidade de referir a “encomenda das almas”, no meu tempo faziam esse ritual, um ritual interessante, acho que devem pegar nele e devem-no promover. -----

-----O III Encontro de Rituais Ancestrais, para se fazer precisa de se investir, aquilo que a Câmara fez, foi disponibilizar à Maschocalheiro os meios logísticos que tinha e a verba considerada essencial para a promoção.

-----Em relação à participação da AECT Duero-Douro foi importante mas foi pedida a sua colaboração, porque a Câmara de Mogadouro é o único sócio, tendo um representante que tratou com o, Zé Luís Pascoais, do apoio a par da Maschocalheiro, portanto, estarem a querer reduzir aquele evento ao trabalho da Maschocalheiro até vós fica mal, porque, vocês estão aqui no órgão da Câmara Municipal que é a Assembleia Municipal, assim como os vereadores que estiveram na reunião do Executivo. O Executivo não são só os que estão na gestão, é constituído por quem está na gestão e quem está na oposição, o mesmo se pode dizer em relação à Assembleia Municipal, eu acho que tudo o que possa dignificar o órgão Câmara e Assembleia deve merecer o vosso apoio, e não é pelo facto de não estar o Partido Socialista (PS) à frente da Câmara, porque se o Partido Socialista (PS) tivesse apostado na altura e investido na Maschocalheiro com certeza que tinha tido esta abrangência e esta dinâmica. -----

-----Em relação às casas sociais a vereadora, Márcia Barros, já se pronunciou. Só vou dizer o seguinte: “abriu-se o concurso para atribuição das casas, houve inscrições, foi constituído um júri, e eu respeito muito as figuras e grupos que se criaram para as respetivas situações, nomeadamente o júri”. O júri é constituído pelo técnico superior jurista, Dr. António Moreira, chefe da Divisão da Educação, Cultura, Ação Social e Turismo e pela técnica superior de ação social, o júri abriu as candidaturas e analisou-as de acordo com o Regulamento. Houve um desfasamento que se verificou em relação a um formulário que foi disponibilizado ao balcão único. Existia um pequeno desfasamento entre o Regulamento e o formulário, no que resultou algum equívoco, por isso, entendeu o júri analisar as candidaturas que entregaram todos os documentos e excluir aqueles que não entregaram os elementos todos. A listagem provisória foi afixada

ontem nos sítios habituais, foi deliberado em reunião de Câmara, divulga-la e notificar as pessoas que se candidataram para lhe comunicar que a listagem iria ser afixada. -----

-----O que assisti ontem aqui na Câmara foi uma pressão extraordinária da parte das pessoas que precisam de habitação e cada um usar o subterfúgio para dizer assim: “senhor presidente dê-me casa que eu preciso”. Os que se candidataram precisam todos de habitação e é um problema que temos de encerrar de frente, penso que vão existir mecanismos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que vão dotar financeiramente a possibilidade de reformularmos a questão do 1.º Direito, reformular a estratégia de habitação da Câmara Municipal de Mogadouro. Temos candidaturas aprovadas onde constam trinta e oito habitações, sendo o 1.º concelho que através do 1.º direito tem habitações unifamiliares. Detemos candidaturas e contratos financeiros assinados, e portanto, vamos reformular a estratégia no sentido da identificarmos mais vinte ou trinta pessoas/famílias com necessidades, para formularmos nova candidatura. ---

-----Mais uma vez, em relação ao bairro, há um período de audiência de quinze dias, ao fim desse período, será aberto novo concurso. Será dada oportunidade a toda a gente de se candidatar, tem de cumprir o que está no Regulamento e serão analisadas no aspeto social pelo júri do concurso.-----

-----Sobre a questão suscitada pelo deputado, Filipe Pires, comentada pelo deputado, Manuel Lobo, quero dizer o seguinte: “aprovamos o Plano de Atividades da Câmara Municipal, onde está tudo escrito daquilo que prevemos. O conceito do “betão”, do social ou do cultural, acho que estão lá, se alguma coisa este Executivo já pôs no terreno, foi mais no campo social e cultural do que no betão, e veja, a quantidade de apoios quer a nível da educação, natalidade, criação de emprego, agricultura. Não existe Câmara nenhuma “e eu atrevo-me a dizer” no país, que tenha o conjunto de incentivos para que as pessoas se possam instalar no concelho. Posso dizer, aquilo que ouço em vários sítios, e é o seguinte: “porque não fazem o que fez a Câmara de Mogadouro”. Se entrar na internet e pesquisar os Regulamentos de apoios de outras Câmaras, não tem um conjunto de incentivos como nós temos. Não é suficiente? Ainda não está totalmente operacionalizado, mas todos eles estão a funcionar, a divulgação foi feita, todos os Regulamentos que foram aprovados estão a funcionar, desde as bolsas de estudo, apoio à agricultura, entre outros. Não tem de ser a Câmara a assumir tudo, damos um contributo importante para o desenvolvimento económico. É evidente que a criação de emprego, tem de ser pelas empresas, e as empresas para virem para Mogadouro tem os seus critérios. Era bom que a nível do governo definissem uma política de incentivos para que as empresas se instalassem no interior, ou que acabasse com os incentivos no litoral e os desse ao interior, portanto, em todos os fóruns onde tenho estado, é isso que tenho feito chegar. -----

-----Em relação aos investimentos diz ainda o deputado que é melhor apoiar a manutenção, isto é, investir na manutenção dos edifícios e bens da Autarquia. Senhor deputado, Manuel Lobo, gostaria de lhe perguntar que investimento foi feito durante oito anos na manutenção dos edifícios que justamente refere? Ou seja, além das Piscinas Cobertas onde houve efetivamente obras. Que investimentos de manutenção foram feitos? Casa da Cultura não tinha aquecimento, na Biblioteca Municipal Trindade Coelho também não tinha aquecimento ou não funcionava e na Casa da Cultura ainda hoje não funciona convenientemente. É isso que temos estado a fazer, se calhar ainda não foi à Biblioteca Municipal, porque o aquecimento já está a funcionar, o que ainda não foi resolvido foram as infiltrações, mas pode ter a certeza que vai ser resolvido. Volto a frisar, gostaria de saber o que foi feito na manutenção durante oito anos? -----

-----O que foi feito para a manutenção e renovação da frota automóvel do Município? Portanto, estamos a trabalhar nesse campo, tentar resolver o problema. -----

-----O deputado, Belmiro Ferreira, falou na questão dos investimentos do Roteiro das Barragens, e que a prioridade era o sector da água. Os investimentos que estavam no Roteiro e que estavam agendados, foram feitos, mas agora muda tudo, mudou para o Fundo Ambiental e, portanto, estamos a trabalhar nesse sentido. Posso dizer que recebi ontem o Protocolo que vamos ter de celebrar com o Fundo Ambiental que são catorze milhões e meio de euros, para os sete concelhos, e será distribuído dando cerca de dois milhões de euros a cada. Nesse Fundo está a candidatura da frota automóvel, dos quais já entregaram seis, e mais três serão entregues a brevemente, assim sendo, são nove viaturas mais três ou quatro que já se tinham adquirido. Tínhamos uma frota automóvel que gastava tanto de combustível como de oficina, portanto, era necessário renovar. Fizemos Protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para financiamento de uma cisterna que nos vai permitir não exigir tanto dos Bombeiros Voluntários no transporte de água. Pois a Câmara é detentora de uma cisterna cofinanciada pela Agência Portuguesa do Ambiente, que resolveu a maioria dos problemas de abastecimento de água às aldeias que necessitam. Devo-lhe dizer que no Roteiro das Barragens vai ser feita a proposta dos investimentos que queremos incluir no Protocolo com o Fundo Ambiental, resultante do Roteiro das Barragens onde está justamente a Adutora de Brunhosinho a Mogadouro e onde está a derivação dessa Adutora para o Ramal de Peredo da Bemposta até Bruçó. Estamos a trabalhar, mas para isso é preciso ter os projetos objetivos que queremos fazer e aquilo que se quer implementar. Lamento que durante oito anos tenha ficado um depósito de três milhões de litros de água em Brunhosinho e nem um metro de Adutora tenha sido feito, isso é que é de lamentar. -----

-----A Equipa de Intervenção Permanente (EIP) está resolvida, nem todos

os Municípios aceitaram a Equipa de Intervenção Permanente (EIP), foi o caso de Freixo de Espada à Cinta e foi o caso de Mogadouro. Quero dizer que esta semana recebi o responsável Regional da Proteção Civil acompanhado pelo comandante Noel, em que estamos a perspetivar a instalação no aeródromo de Mogadouro os meios aéreos para o combate aos incêndios, portanto, igualmente tive oportunidade de dizer que afetei ao Coordenador da Proteção Civil, os meios necessários para poder auxiliar os incêndios, tais como: niveladora, bulldozer, giratória, camião, entre outros. A nós interessa-nos a segurança do concelho, se tivermos meios aéreos, se tivermos cisterna que possamos disponibilizar aos Bombeiros e se tivermos máquinas disponíveis e os equipamentos a funcionar, Mogadouro certamente não vai ter problemas. -----

-----Ontem estava no meu gabinete, normalmente entro por volta das sete e meia da manhã, estava a despachar alguns documentos, e bate a funcionária à porta para me dizer que estavam uns senhores e se os podia mandar entrar. Apresentaram o crachá, tiraram o mandato de busca e apreensão e entregaram-mo, perguntam-me quem seriam as pessoas que os poderiam apoiar em cada sector. Indiquei as várias pessoas para os acompanhar, a mim não me perguntaram nada, no final deram-me os autos para assinar daquilo que eles entenderam, portanto, não. tive conhecimento de nada. Dizer apenas que este auto de busca e apreensão de documentos tem por base de partida o ano de dois mil e catorze, portanto a partir de dois mil e catorze, não me levem a mal, mas não vou adiantar mais nada, porque, entendo que não o devo fazer. Eu não sei como estas situações funcionam, então falei com o senhor inspetor da Polícia Judiciária que tinha a Lusa a perguntar-me informações, então ele disse-me para dizer que estavam ali para averiguar processos a partir de dois mil e catorze. O que transmiti para a Comunicação Social foi isso e é isso que vos informo, peço-vos compreensão para esta situação. Acho que não devo divulgar mais nada, creio que estará sobre sigilo.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “obrigado senhor Presidente, abro, portanto, aqui um período de intervenção para o caso de sentirem que algumas das questões não estejam devidamente esclarecidas. Temos a inscrição do deputado Jorge Dias, António Martins, do presidente da junta de freguesia de Urrós e do deputado Paulo Carvalho, portanto peço que sejam breves, para que as respostas serem oportunas e breves.” -----

► **JORGE DIAS** fez a seguinte intervenção: “mais uma vez senhor presidente da Assembleia, cumprimento todas as outras pessoas presentes. -----Em relação ao evento de Bemposta, vão recordar que foi o Partido Socialista (PS) que iniciou esse evento, pelo menos com a envergadura que tem, foi no mandato do Partido Socialista (PS). Sim, claro que o apoio da Câmara é imprescindível, a Câmara também apoia a Senhora do Caminho e



a Santa Ana e outros eventos, é imprescindível. Num meio pequeno como este, as pessoas vêm-se à rasca para sobreviver imagino as associações e o resto, por tanto se não for o apoio da Câmara isto não anda não marcha, como dizem os Espanhóis. Em relação à habitação social, o senhor presidente disse que já foi afixado o edital, com as devidas deliberações tomadas eu verifiquei que aqui no regulamento, senhora vereadora da habitação social, diz aqui no regime de exceções regime de atribuição uma delas é situação de emergência social designadamente ocorrência de desastres naturais e calamidades ou outras situações de vulnerabilidade portanto essa situação que eu falei merece, encaixa perfeitamente nesta alínea a), evidentemente que eu verifiquei que na maior parte deles foi excluído pela alínea k) eu não a encontro aqui senhora vereadora, não está no regulamento. Não sei, vejo mal, não vejo muito bem com as lentes, tenho que tirar os óculos para ver ao perto, só se for no procedimento interno da Autarquia, não sei, não tenho acesso. Segundo está aqui as outras cinquenta e três foram excluídas, alguma coisa se passa nas candidaturas, quer dizer para excluir cinquenta e três candidaturas é porque as pessoas não foram suficientemente esclarecidas para fazer as candidaturas, portanto, a meu ver tem de existir uma comissão de apoio ou tem que haver alguém dentro da instituição autárquica que diga: olhe o seu documento, a sua candidatura está conforme mas falta-lhe este documento, é favor dentro destes dez dias, ou dentro destes cinco dias apresentar o documento. Isto é o meu entender, não quer dizer que seja o correto. Atenção, acho que as pessoas que se candidatam, a maior parte delas certamente não terá habilitações para entender determinadas coisas é preciso explicar-lhe, por isso, é que existe uma técnica de Ação Social na Autarquia. Que seja criada uma comissão de apoio, as pessoas tem que ser elucidadas devidamente, sabendo como podem concorrer, é estranho, eu volto a vincar que sejam só atribuídas três habitações, e ficam cinquenta e três excluídas. Gostava que a senhora vereadora nos explicasse uma vez que já é publica.” -----

▶ **ANTÓNIO MARTINS** fez a seguinte intervenção: “mais uma vez, ainda bem que o senhor deputado, Jorge Dias, fez aqui esta intervenção antes de mim, porque afinal, fez-se luz eu que estava aqui com algumas dúvidas, mas ele acabou por esclarecer todo o embaralho que aqui estava a criar em relação ao evento de Bemposta. Existe aqui uma clara tentativa de politização do evento, quando disse claramente e afirmou que foi o Partido Socialista (PS) que criou o evento, quer dizer eu estaria à espera de ouvir tudo e mais alguma coisa, agora isto. -----  
Mas foi a comissão política, não sei se é comissão política que se diz no partido socialista (PS). Foram os responsáveis do partido que criaram o evento? Foi a Câmara do Partido Socialista (PS) que criou o evento? Foi a junta do Partido Socialista (PS) que criou o evento? Ou foi mesmo o



Partido Socialista (PS), é que eu não vejo que os partidos políticos, pelo menos o meu, não tem aptidão para a criação deste tipo de eventos. Fazem os seus comícios, agora criar um evento destes, pela mão do Partido Socialista (PS) em Bemposta, eu estava convencido que foi criado pela Associação Maschocalheiro de Bemposta, aliás, a própria, segundo disseram alguns elementos que fazem parte e que foram criadores da Associação um dos objetivos da criação da própria Associação foi partir para a criação deste evento. Nunca me passou pela cabeça que tivesse sido o Partido Socialista (PS), fica aqui o repto para que seja de fato esclarecido com os dados que aqui tem e depois confrontá-los-ei com os elementos da Associação para ver se isso corresponde à verdade, não é que eu me queira opor ao protagonismo que queriam retirar do evento, enfim. Existe aqui uma clara tentativa de politização, isso há, ficou bem claro quando tentaram apresentar aqui um voto de louvor excluindo a junta e o Município, em relação à junta não me importo, nunca corri atrás de protagonismo, gosto é que as coisas coram bem e com elevação, até prefiro ficar por trás, na sombra, aliás, foi isso que disse à Associação. O apoio da junta será aquele que a Associação entender necessário e tem sido até aqui, não vou revelar nenhum número nem valores, no fim lá se saberá. O que posso dizer comparativamente com esses criadores do evento, o Partido Socialista (PS), quer dizer, é de uma dimensão monstruosa, porque segundo me dizem alguns elementos, o apoio da junta do Partido Socialista (PS) na altura foi praticamente nulo. Os apoios da Câmara sabem quanto cresceu, desde os dois eventos, ou pelo menos de dois mil e vinte para dois mil e vinte e três? Posso dizer que em apoio direto, cresceu mil por cento, não estamos a falar de uma inflação de oito ou nove por cento, estamos a falar de mil por cento, que fique claro. Além disso, todo o apoio que aqui já foi dito pelo senhor presidente, posso dizer que que não lhe deixaram faltar nada, desde o palco, as tendas, o autocarro, material publicitário entre outras coisas muito importantes, os eventos como muitas outras coisas que fazemos na vida, são o quê, são o fruto da dedicação que lhe dedicamos e este não foi mais do que isso. E sabe o que é importante também já aqui foi referido, "quando Maomé não vai à montanha, a montanha vem a Maomé." O senhor presidente e a senhora vereadora tiveram a dignidade de se deslocar a Bemposta numa noite de fria, para ter uma reunião com os elementos da Associação Maschocalheiro para começar já tardiamente, porque por problemas de orgânica da própria Associação, este ano arrancou-se muito tarde e foram lá para fazer uma primeira abordagem sobre o que se iria fazer. Correu muito bem, depois houve uma outra reunião já aqui na Câmara com toda a equipa, para delinear as coisas, para que tudo continua-se a correr bem, esteve presente o José Luís Pascoal da AECT-Duero-Douro, a junta de freguesia e a Câmara Municipal. -----  
-----Quero dizer o seguinte, sabem porque é que corre bem, porque as

peças sentem o carinho que as peças da organização põem nesses eventos. Foi muito bom pela primeira vez ter nesse evento o presidente da câmara e a sua equipa, coisa que nunca tinha acontecido, nas duas edições anteriores. É essa atenção que esta Câmara dedicou e não ponho a junta, ponho a junta de parte, quero que fique bem claro a dedicação que esta Câmara, que este Município teve para com a realização do evento, deste ano, não foi como outros que aconteceram no passado, onde nas comemorações dos setecentos anos do foral, o Executivo Socialista ignorou Bemposta e aquando das comemorações dos cinquenta anos da barragem de Bemposta, foram puxar para que as comemorações fossem feitas em Mogadouro.” -----

► **CARLOS ALVES** fez a seguinte intervenção: “já que está a ser um assunto muito debatido, também queria dar os meus parabéns aos organizadores da Maschocalheiro, obrigado por me convidarem como presidente da junta e como mentor do grupo “Os Rolezes”, que fizeram muito gosto em estar presentes. É o que diz o senhor presidente da câmara e é verdade “sem ovos não se fazem omeletes”, eu acompanhei as duas edições anteriores, e vi um crescimento monstruoso, agora pergunto eu: “sem o apoio do Município, sem o apoio da junta de freguesia seria possível”? -----

Agora existem coisas que passam para lá da junta de freguesia e da Câmara, eu senti inveja do povo de Bemposta, senti que as pessoas estão motivadas, por vezes pela inveja, outras vezes pelo dinheiro, mas as outras aldeias já não digo do país, mas do concelho, devia seguir aquela união que ali se sentiu, eu acompanhei de perto. Estive no evento desde as duas da tarde, é de louvar as pessoas estarem a dar de comer a cerca de duas mil pessoas, mas na noite que eu jantei lá eram à vontade cerca de mil pessoas e foi o povo, porque a junta pode ajudar, a câmara até pode dar um milhão de euros, mas se não houver mãos não adianta. Por isso estão todos de parabéns e faço um apelo às outras populações, que sigam um bocadinho as pisadas do que ali se sentiu. Parabéns a todos. -----

-----Depois betão e alcatrão, pedras na berma da estrada e assim acho que um presidente de junta, uma população tem anseios diferentes, uns precisam de um jardim, outros precisam de uma estrada, outros precisam de uma piscina , outros precisam de várias coisas, agora eu não sei o que têm contra o betão ou contra o alcatrão , ou acham que eu vou falar naquilo que eu sinto de perto. Acham que a ligação Urrós- Bemposta ou Bemposta - Urrós foi dinheiro mal gasto em alcatrão? ok, então ponto assente, quando o Município tem condições para dar apoios sociais. Mas também não é só betão e alcatrão, porque o apoio à natalidade está lá, a creche está lá, o apoio à habitação social, os apoios à saúde, os transportes para exames e consultas, por amor de deus, não vamos reduzir só a betão e alcatrão, ou pedras na berma. -----

Acho que é o momento do senhor presidente na inauguração da estrada de Urrós-Bemposta, até podem reclamar, ouvi bocas “uma pedra no meio, isto não era uma pedra no meio, havia de ser uma em cada ponta, o sentido não é Bemposta fazer uma inauguração e Urrós outra, porque o senhor presidente disse e disse muito bem “que inauguramos ali a Fraga da União”. -----

-----Está tudo dito, como se vê aqui nas assembleias, nas redes sociais, e no meu ponto de ver não é correto.” -----

► **PAULO CARVALHO** fez a seguinte intervenção: “Vou ser breve e não vou roubar muito tempo, mas queria deixar aqui algumas clarificações que estes pontos têm: -----

-----Em relação ao deputado, António Martins, queria clarificar o seguinte: “quando apresentamos a moção, proposta de voto de louvor à Maschocalheiro e AECT-Duero-Douro rapidamente, juntamos e fundimos com a vossa proposta, o que significa que não queremos fazer política absolutamente nenhuma. A seguir estivemos convosco e continuamos a dar e parabenizar o empenho do Município, o empenho da junta de freguesia, da população e se quisermos do restaurante O Encontro que se encontra como apoio no cartaz do evento, e tantos outros que possam estar presentes nesse apoio e, portanto, realmente sentiu-se que houve um incremento financeiro no apoio e isso é de louvar, nada contra. Mas também quero salientar que a AECT-Duero-Douro não está presente desde hoje, está presente desde o primeiro evento, desde dois mil e dezanove, não foi convidada hoje, está presente desde o primeiro evento realizado em dois mil e dezanove, que foi coorganizado com a Maschocalheiro, e com o Município de Mogadouro, porque na altura era gerido pelo Partido Socialista (PS), portanto, estou a tentar esclarecer aquilo que tem de ser esclarecido. Recordo para quem não esteve presente, que já nesse primeiro evento houve não sei se a mesma quantidade de grupos mascarados, como houve agora, se calhar não, mas houve uma quantidade imensa de grupos mascarados e presença em massa de pessoas no evento, portanto, na altura falou-se até na comunicação social da presença de cinco mil pessoas o que quer dizer que não é isso que está em causa. Se foram cinco mil ou três mil não é isso que está em causa o que quer dizer que o evento existe desde dois mil e dezanove, continuou a existir em dois mil e vinte, muito bem em dois mil e vinte e três, extremamente muito bem organizado e estamos a dar os parabéns a todos aqueles que estiveram envolvidos no assunto, portanto, que fique esclarecido de uma vez por todas. Nesse sentido fundimos a nossa proposta com a vossa proposta, esclarecido? -----

-----Em relação à “Origem: Mogadouro”, sim não, uma no “cravo outra na ferradura”, há duas coisas distintas senhor presidente, a “Origem: Mogadouro”, e há a estratégia de promoção política do Município, que foi isso que critiquei ou pelo menos quis salientar, porque a verdade é esta , o



Executivo foi eleito em dois mil e vinte e um, e nem em dois mil e vinte e um, nem em dois mil e vinte e dois, nem no início de dois mil e vinte e três esteve presente em nenhum daqueles eventos que eu foquei nem na FIL, nem na BTL, nem nas feiras de Santarém, nem nas feiras de Salamanca - Agricultura, portanto, até ao momento a estratégia política parece-me deficitária, se estão a tentar corrigir, se estão a tentar implementar e se vão para a BTL já este ano com a marca “Origem: Mogadouro” ou com o Município, só tenho que felicitar essa mudança, mas até ao momento a estratégia parece-me deficitária. Foi isso que eu vim cá dizer e espero que esteja esclarecido.” -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “muito rápido, aliás o Paulo Carvalho já referiu, aquilo que eu ia mencionar, em relação ao presidente da junta de Bemposta, tem toda a razão eu expressei-me mal, na altura estava o Partido Socialista (PS) na Autarquia só isso, peço desculpa pelo lapso.” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a seguinte intervenção: “mais uma vez, quero dizer duas coisas: -----

----- Em relação às casas, quero dizer que a Câmara Municipal resolveu o problema de uma família que foi sinalizada e atribuiu-lhe uma das casas temporariamente que tinha ficado para a Câmara Municipal, portanto, e nesse sentido resolveu-se o problema. Neste momento aquelas que não tem casa para habitar, tem disponível, o processo e o apoio ao arrendamento, podem arrendar uma casa e fazem o pedido, a Câmara paga-lhe pelo menos seis meses de renda e têm que aguardar pelo desenrolar de todo o processo.

-----Em relação à estratégia, parece-me que, quando se está oito anos e não se vê estratégia nenhuma, vir criticar a estratégia ao fim de um ano, por não participar na feira da BTL, entre outras. Por acaso fui à feira de Munique através da Resíduos do Nordeste e, portanto, ver uma feira de produtos ligados ao setor, para poder tomar algumas decisões, também lhe digo outra coisa, podia ter ido a Cabo Verde, como os meus colegas foram, podia ter ido à Alemanha agora a outra feira, eu disse não, quando for para passear, vou passear com o meu dinheiro. -----

-----Para promover, primeiro temos de saber o que temos para promover, e temos muito, temos paisagem, clima, gastronomia, mas a aposta verdadeira na promoção deve ser feita quando tivermos condições para receber quem nos visita. Repare essa promoção a um nível mais alargado, o que é que acontece, estamos a promover a vinda de pessoas e depois vão dormir ao Encontro, vão dormir à pousada de Alfândega da Fé, vão dormir a Bragança, como já aconteceu com grandes eventos que fizemos aqui, enchamos os concelhos vizinhos, portanto, aquilo que estamos a dar verdadeiramente prioridade é a instalação de equipamentos que possam permitir às pessoas escolherem, optarem por Mogadouro, para poderem permanecer em Mogadouro. Dou uma saudação especial aqueles que

avançaram com alojamentos locais, que estão a ser muito importantes para reter aqui algumas pessoas. Ainda ontem estivemos reunidos, vamos marcar uma reunião com os nossos restaurantes, com os comerciantes, também tem que fazer a parte deles, têm que saber atender, eu dou-lhe um exemplo “tivemos o Concelho Regional do Norte, em Mogadouro, fomos a um restaurante, não cabiam, fomos a dois”, vieram cá fazer uma visita, para ver se reuniam as condições e estava fechado nesses dia e diz-lhe o motorista da CCDR à equipa que veio fazer a vistoria, “oh pá aqui este restaurante é maravilhoso, mas têm umas casas de banho, pá onde a gente para urinar tê, que se pôr assim...pá”. Eu próprio disse mais do que uma vez ao proprietário “pelo menos faça umas casas de banho em condições”. Temos que servir, vamos ter um evento de vinhos, ligado ao setor vinícola estamos a programar, mas temos que conversar com a restauração, porque tem que ter vinho dos nossos produtores, tem que saber servir, é preciso formação e eu mais uma vez lembro aqui: “uma vez quando o Dr. Machado disse a um dono de um restaurante ”tu tens que fazer formação” e o dono virou-se para ele e disse “oh senhor presidente, então eu trabalho há vinte anos nisto e agora é que me está a mandar fazer formação””, pois é, mas a formação é fundamental, é um caminho que temos que fazer.” -----

► **MÁRCIA BARROS** usou da palavra e disse: “sintam-se todos cumprimentados e, portanto, vamos agilizar, não vou estar a particularizar. -----Penso que há pouco não me dirigi ao público, a quem está em casa, peço desculpas, por isso. -----

-----Respondo ao senhor deputado, Jorge Dias, o seguinte: “o recibo de renda está no artigo 6.º, n.º 1, alínea I, porque a Câmara pode além do regulamento, no edital pode solicitar outra documentação e foi o que aconteceu. A Câmara nesse procedimento e no procedimento de atribuição desta, fase de candidatura havia uma rejeição de eliminar das candidaturas sem possibilidade de solicitar documentação, se não então íamos estar neste rolo continuo. E porque realmente foi como disse já o senhor presidente, foi denominada uma comissão na qual depositamos toda a confiança, porque tem, a parte legal, tem a parte social e têm a chefe de divisão e, portanto, temos que crer e acreditámos piamente que tudo foi dentro da normalidade. Quando nos deparamos com essa situação de não entrega do recibo da renda, por parte da maioria. À uma outra situação ainda que se verificou muito, que foi: a não confirmação ou não comprovativo dos agregados familiares, porque quanto maior for o agregado familiar, maior será a possibilidade, também ali havia algum desfasamento nessas confirmações. Portanto houve ainda uma reunião em termos legais, estava não só o Dr. Moreira, mas também estava a nossa outra advogada e a chefe de Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa. Portanto, nem em termos de regulamento este processo tem de decorrer conforme está e haverá uma segunda fase. Permitam-me que vos diga, que acho que



todos estamos de acordo, que mais vale termos um crivo e termos a certeza que as casas são atribuídas às pessoas que realmente precisam. Precisar, precisar, precisa toda a gente. Aqui temos duas situações que já se falaram, duas famílias diferentes: temos aquelas que o senhor deputado, Jorge Dias, falou da alínea a) estão três casas para emergência social, estas foram à reunião de Câmara foram aprovadas. Uma delas está ocupada com uma situação de violência doméstica, portanto, não é desta que estamos a falar à bocadinho, a quem se deram agora estes dois meses para resolver a situação, portanto essas três casas estão, são da Câmara, não serão atribuídas, serão para as tais emergências sociais, como seja uma catástrofe natural, como seja um incêndio, qualquer situação. Hoje em dia e vocês sabem o estado social e os apoios sociais e a forma como o social é gerido e a forma como os critérios estão definidos, por vezes aquilo que acontece é que não vai propriamente para os que mais precisam, ou para aqueles que até conhecem a fragilidade do sistema. Certo? Não é como seja os recibos de rendas, como a não declaração de rendimentos e depois o que acontece é que vamos ter pessoas, como vimos agora na reunião de Câmara, alguns não têm residência cá, mas até tem um familiar, já pediriam um apoio de renda e depois queremos ver se legalmente vão cumprir. Certo? Agora em termos sociais tudo aquilo que nos tem chegado têm-se dado resposta. -----  
-----Tudo o que é social, emergências sociais que tem chegado, temos dado resposta só que a nível de habitação e dos apoios sociais e como todo o estado social e o chapéu e a proteção que por vezes leva até um comodismo, protecionismo exagerado e uma dependência do social e não é nesse crivo que queremos filtrar. -----  
E, portanto, preferimos todos nós os que aqui estamos, penso eu, que haja uma segunda fase de candidaturas, seja feita, que agora haja um compasso de espera de dois ou três meses, mas já estão a receber o apoio da renda. Obrigada.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para deixar a referência à importância dos temas abordados pela Senhora Vereadora, salientando que mereciam uma outra oportunidade de serem abordados, e de seguida encerrou ponto em discussão e passou ao segundo ponto do “período da ordem do dia”:-----

-----2.1 *“Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro”*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para dizer que a documentação foi previamente distribuída e que as informações adicionais que o Sr. Presidente da Câmara tinha intenção de transmitir já tinham sido abordadas. Desta forma, abriu o período de intervenções, pedindo aos

intervenientes celeridade e foco nas questões e pedidos de esclarecimentos a dirigir ao Sr. Presidente da Câmara.-----

► **MANUEL LOBO** usou da palavra e disse: “muito rápido, que já vai longa a sessão. -----

-----Relativamente a este ponto, esta documentação, não sei se por lapso, ou não, nos processos em que está envolvido o Município, não nos pareceu na documentação um processo anterior, não sei se era de ação administrativa providencia cautelar, devido ao matadouro, por tanto era dois milhões seiscentos e cinquenta e cinco euros, não sei se deixou de existir se houve algum lapso da documentação. Era só para esclarecer dado que o montante é de alguma montra, está bem.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para solicitar ao senhor presidente da Câmara para poder esclarecer este ponto. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “em relação ao matadouro, nem tinha visto em pormenor, o que aí está, mas aquilo que acontece é que o candidato, que ficou em número dois, apresentou digamos, uma reclamação junto do TAF, eu os termos técnicos também não os conheço muito bem e, portanto, estamos à espera que o juiz se pronuncie sobre isso, acho que é urgente, foi de carácter urgente, acho que era um mês que tinha para se pronunciar deve estar a pronunciar sobre o assunto. De qualquer maneira está consignada a obra, o empreiteiro até já entregou a caução, mas vamos ver qual é a pronuncia do juiz em relação aquilo que as apelações feitas por aquele candidato que ficou em segundo lugar.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “passamos ao ponto 2.2 - *Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente à Cedência de Terreno para Alinhamento – Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro – Para Análise e Deliberação.*-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “este pedido da Santa Casa da Misericórdia têm a seguinte pretensão, tanto quanto sabem, nós cedemos-lhe uns metros de alinhamento da parte lateral e agora, entre o passeio e a parede norte do edifício estão cinquenta e três (53) metros que estão inutilizados, estão em terra batida e, portanto, não implica nada, nem com os bancos que estão lá nem com o passeio. Portanto, se nós permitimos a alteração da área da creche para poder receber mais alunos, tem toda a lógica que se lhe ceda aqueles cinquenta e três (53) metros para recreio, é entre a parede do edifício e o passeio, não tem qualquer funcionalidade, e para a funcionalidade da creche acrescenta valor. Portanto é essa a situação.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para proceder à votação deste ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

-----Avançamos para o ponto 2.3 - *Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo – Informação Referente à Transferência de*

***Competências no Domínio da Ação Social – Alteração do Prazo – Para Análise e Deliberação.*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto seguinte, ***2.4 - Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente – Informação Referente ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Para Análise e Deliberação.*** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “este assunto foi a reunião de Câmara e foi aprovado e creio que por unanimidade e vem no seguimento da comunicação da ERSAR. Onde define os parâmetros que temos de cumprir para estar em sintonia com as regras da ERSAR, o que a ERSAR disse foi que o Município de Mogadouro tinha que atingir uma cobertura dos custos da ordem dos noventa por cento (90%), isto já em dois mil e vinte e um, fato que ainda não aconteceu nem acontece neste momento. Portanto, esta formulação de tarifário que é o que vos apresento é na tentativa de dar resposta à obrigatoriedade que a ERSAR impõe, como já vos disse, de ser obrigado assinar declaração de compromisso ao anterior executivo, aos elementos do anterior executivo quer ao presidente, quer ao vice-presidente. Dizer que procuramos neste tarifário distribuir as compensações desta maneira como sabem juntas de freguesias, instituições particulares de solidariedade social, a própria autarquia, nos jardins, nas piscinas, e, portanto, nenhuma dessa água era contabilizada, portanto, sendo, nós um grande consumidor assim como as juntas de freguesias, as IPSS, só excetuamos um contador, o dos bombeiros, normalmente é onde enchem os carros, exceto esse local de abastecimento dos bombeiros, foi deliberado que toda a gente teria que pagar a água. -----

-----Agora onde se propõem o efetivo aumento do consumo é a Câmara, os consumos próprios da autarquia em que propomos um consumo de dois euros e tal por metro cúbico, creio eu, para justamente conseguirmos atingir, porque a câmara entra de um lado e sai do outro, mas é contabilizada. A grande diferença que se verificava era essa, era nos consumos não pagos, portanto, sei que a Santa Casa da Misericórdia já solicitou apoio para o pagamento da água, nós participamos e aprovamos uma participação do valor da fatura que apresentou de oitenta por cento (80%) e a nível da IPSS eu tinha dito que se poderiam compensar dessa maneira, mas é evidente que toda a gente deve pagar alguma coisa, se não, o que não é pago não se dá valor e à mais tendência a estragar. A ERSAR é muito rigorosa e, portanto, obrigatoriamente temos que ter esta posição, se não estamos com problemas permanentes. -----

-----Aproveitar este momento, e porque tenho que me ausentar para o Porto, pois tenho uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Educação, eu queria dizer-vos, porque tenho o direito, dever e vontade de manter a Assembleia informada sobre tudo o que se passa no Município, temos dado alguns passos na discussão da situação da gestão da água no concelho de Mogadouro existem dois problemas: “um que os consumos mínimos continuam a debitar à Câmara todos os anos e que vai na ordem dos seis ou sete milhões de euros em que nós devolvemos as faturas às Águas do Norte, antigamente Águas de Trás-os-Montes agora Águas do Norte, porque entendemos, sempre se entendeu por unanimidade e esta tem sido a nossa força, é que desde a primeira decisão que se tomou quer na Assembleia quer nos sucessivos Executivos foi sempre por unanimidade e mantivermos a posição, e hoje na altura eramos os únicos hoje já estão muitos deles ao nosso lado. Pedimos uma reunião ao Ministro do Ambiente que nos recebeu com o qual discutimos o setor e manifestamos a vontade de que o território, a CIM gerisse a água em alta e baixa através de uma instituição que tem, que é a Resíduos do Nordeste, que gere os resíduos, portanto, onde estão todos os municípios da CIM. Claro, discuti o assunto, eles puseram três hipóteses, mas uma que nunca tinham aceitado na altura em que nós aderimos, nós aderimos às baixas. Mas eles já põem as três hipóteses neste momento: Ou as Águas do Norte gerir altas e baixas, isto é desde a produção da água até à cobrança; Ou as duas propostas que nós apresentamos que era constituir uma entidade com cerca de cinquenta e um por cento por cento (51%) de capital dos Resíduos do Nordeste e quarenta e nove por cento (49%) de capital das Águas do Norte; Ou então a gestão na totalidade das Resíduos do Nordeste. Excluimos a hipótese, para já nesta reunião, com todos os Municípios, inclusive a hipótese de entregar a gestão às Águas do Norte. Foi nomeado um grupo de trabalho que têm estado a trabalhar já com os administradores das Águas do Norte, Águas de Portugal, que é quase a mesma coisa no qual está Mogadouro, Bragança, Mirandela, e está o Dr. Paulo Praça do campo técnico da Resíduos do Nordeste, já tivemos a primeira reunião, onde estamos a definir, passos e datas objetivas para tratar do assunto, para fazer o levantamento dos investimentos que os concelhos precisam, daquilo que fizeram no caso do que Mogadouro fez até este momento, para termos o ponto da situação atualizado dos concelhos. -----

Portanto, já foram enviados na terça-feira, demos como limite a terça-feira passada, isso já lhe foi fornecido ao Dr. Paulo Praça que apresentará às Águas do Norte, ao nível de todo o território. Iremos ter uma reunião a curto prazo, também provavelmente presencial já para discutirmos assuntos concretos. -----

-----Revelo aqui o fato de nesta comissão por parte das Águas do Norte estar uma pessoa que pensa um bocadinho do território como nós, foi um

ex. Secretário de Estado, Carlos Martins, que está a liderar, por parte das Águas do Norte, ou Águas de Portugal, este processo. Igualmente a luta que tenho travado na questão dos consumos mínimos e que travei junto do Ministro e que têm feito o seu caminho e o próprio Ministro do Ambiente à minha frente e dos outros autarcas que nos deslocamos lá, vira-se para as Águas do Norte e diz” meus amigos façam o favor de resolver o problema dos consumos mínimos”, e nesta medida está agendado para o dia um de Março uma reunião em Mogadouro, porque é um caso sugeris uma reunião em Mogadouro com uma administradora das Águas de Portugal porque com a Engenheira, Fernanda Lacerda, virá aqui a Mogadouro, penso que traga uma solução, ela pediu algum tempo para discutir o assunto a nível de administração porque é o que ela diz” que à que cumprir a lei” e então ela diz mesmo” você não toma uma decisão sem estar devidamente informada pelos seus serviços”, portanto naturalmente ela quer informação dos seus serviços jurídicos das Águas de Portugal que lhe permitam arranjar uma solução. É isso que eu espero que ela traga, porque se não trouxer uma solução para os consumos mínimos, Mogadouro não terá interesse em participar em qualquer outra solução, portanto, espero que traga ou já a decisão tomada, uma solução ou pelo menos um caminho para chegar lá. --

-----Era esta a informação que vos queria prestar, parece-me que é relevante, é bom que independentemente quem esteja aqui, que não abdiquemos da gestão ou da maior parte, seja através de uma sociedade por cotas da maior parte do capital para podermos intervir na gestão da água do território, porque, a água será o futuro, já o é hoje no presente um elemento fundamental para o nosso desenvolvimento. Porque, se a controlarmos nós podemos ter que rever alguns preços, mas controlamo-los e podemos subsidiar, temos sempre a hipótese de podermos através de subsídios resolver aquilo que for em excesso. Esta é a minha visão e era aquilo que tinha para vos transmitir.” -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “tenho aqui uma dúvida, não sei se é dúvida, se isto está bem ou se está mal. -----

-----Aqui em relação ao tarifário quase no fim do documento diz: “abastecimento de água e saneamento de águas residuais, resíduos sólidos urbano abastecimento público da água APA. Depois têm em relação ao tarifário tem aqui nos escalões, começa com o primeiro o base, depois tem o familiar e o social. Mas entre o familiar e o social não há nenhuma diferença. O que quer dizer isto? Será que o familiar se refere às famílias numerosas?” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “a direção geral das autarquias locais é que determinam quais são as famílias numerosas, isto não é, dizer assim se tem quatro se tem cinco não à digamos que um ficheiro a nível nacional de quem são as famílias numerosas e então é obrigatório por aqui precisamente um tarifário para

essas famílias. Está repetido familiar, social e carência económica é a mesma coisa, mas no fundo é isso. Uma tarifa social, que cujos beneficiários são definidos pela DEGAL.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo mais inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto seguinte, **2.5 - Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente ao Protocolo de Cobrança Coerciva de Impostos e Outros Tributos Municipais – Para Análise e Deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto seguinte, **2.6 - Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa – Informação Referente à Tecsam – Apresentação de Projeto de Interesse Municipal – Para Análise e Deliberação.** -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “muito rapidamente senhor presidente, quais são os requisitos que as empresas têm que ter para requerer, digamos declaração de interesse municipal do projeto. Todas as empresas podem concorrer? -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “as empresas pedem naturalmente à Câmara o pedido quando entendem que têm interesse municipal, dirigem-se à Câmara para solicitar o reconhecimento desse interesse. Como podem ver está aí informado pelos serviços jurídicos da Câmara precisamente para que a análise esteja de acordo com a Lei e, portanto, a informação concluiu que este era um investimento de interesse municipal. -----

-----Por exemplo: “se aparecer um investidor que queira fazer um hotel ou que queira pegar no acabamento do “hotel” Vila de Ala e queira investir, eu acho que temos todos o dever de o considerar de interesse municipal. Precisamente esse interesse é reconhecido por vós e por nós na Câmara, portanto, a base é esta, depende do projeto que surgir. Toda a gente pode pedir, agora quem declara o interesse municipal é a Câmara e é a Assembleia Municipal que o reconhece. Neste caso eu acho que se justifica como se justificaria um investimento numa unidade hoteleira.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo mais inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto seguinte, **2.7 - Gabinete do Presidente – Proposta – Manifestação de Apoio aos Agricultores do Concelho e da Região de Trás-Os-Montes e Alto Douro – Para Análise e Deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----  
-----Aprovado por unanimidade. -----  
-----Passamos ao ponto seguinte, *2.8 - Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo – Informação Referente à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Mogadouro – Revisão – Para Análise e Deliberação.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----  
-----Aprovado por unanimidade. -----  
-----Passamos ao ponto seguinte, *2.9 - Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo – Informação Referente à Apresentação da Proposta de Plano Municipal Para a Igualdade e Não Discriminação – Para Análise e Deliberação.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----  
-----Aprovado por unanimidade. -----  
-----Passamos ao ponto seguinte, *2.10 - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás – Os – Montes (CIM-TTM) – Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Para Análise e Deliberação.* -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “tenho uma dúvida em relação às cláusulas. Na primeira cláusula no objeto refere: “através do presente contrato interadministrativo o Município de Alfândega da Fé” qualquer coisa que não está a funcionar, refere-se ao município de Mogadouro, não é? Não assinem e fique cá o Alfândega da Fé.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “tendo em conta que é uma minuta e foi um lapso que persistiu aqui, coloco à votação a alteração do texto, onde se diz, Município de Alfândega da Fé deverá ser alterado para Município de Mogadouro. -----  
-----Aprovado por unanimidade a alteração ao texto. -----  
-----Não havendo mais inscrições para discutir o ponto, coloco à votação. -----  
-----Aprovado por unanimidade. -----  
-----Passamos ao ponto seguinte, *2.11 – Designação de 2 (dois) Membros para Integrar a CPCJ de Mogadouro – Para Análise e Deliberação.* -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “com todo o respeito que tenho pela Assembleia, se me permitem que me ausente, eu e a senhora Vereadora, Márcia Barros, temos uma reunião às quatorze e trinta minutos no Porto e para não ir a passo acelerado pedia que não levassem a mal, mas a partir deste momento os dois estaremos ausentes desta Assembleia. O senhor vice-presidente fica naturalmente acompanhar a reunião.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “obrigado senhor presidente com todo o gosto que o libertamos para representar o concelho. Fica representado pelo Senhor Vice-presidente na sua ausência e boa viagem. -----

-----Temos uma proposta de designação dos membros para integrar a CPCJ e propõem-se dois nomes, é uma proposta conjunta. Temos uma proposta com dois nomes, um por cada bancada parlamentar. O Partido Social Democrata (PSD), propõe a deputada, Amélia Machado, e o Partido Socialista (PS) propõe a deputada, Ana Cristina da Silva Barroco. São os dois nomes propostos e tendo em conta que são nomes que vão ser votados. Vou colocar à consideração desta Assembleia se dispensam o voto secreto e podemos passar à votação por voto não secreto. -----

----- A Assembleia aprovou por unanimidade o voto não secreto. -----

-----Aprovado por unanimidade a proposta conjunta: -----

- Partido Social Democrata (PSD) - Amélia Machado; -----

- Partido Socialista (PS) - Ana Cristina da Silva Barroco. -----

-----Passamos ao ponto seguinte, **2.12 - Apoio às Freguesias/Uniões de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Para Conhecimento.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto e sendo apenas para conhecimento passamos ao ponto seguinte, **2.13 - Mapa de Apoio à Criação de Emprego – Para Conhecimento.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto e sendo apenas para conhecimento passamos ao ponto seguinte, **2.14 - Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Para Conhecimento.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto, sendo apenas para conhecimento. -----

-----Passamos ao ponto seguinte, **2.15 - Mapa de Cedência das Máquinas no Concelho – Para Conhecimento.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “Não havendo inscrições para discutir o ponto e sendo apenas para conhecimento passamos ao ponto seguinte, **3 - Outros Assuntos.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vou abrir um período para intervenção, tenho aqui algumas mensagens a transmitir, mas podem-se inscrever na mesa. O primeiro aspeto que eu quero salientar é uma mensagem que me foi enviada pelo senhor, Francisco Madruga e que é dirigida a toda esta Assembleia, na impossibilidade de ele estar aqui a dizê-lo ou a transmiti-lo pessoalmente, pediu-me se podia ser transmitido, eu vou passar a ler exatamente o que ele escreveu textualmente: “*Venho por este meio e na impossibilidade de o fazer*”

*pessoalmente agradecer que transmita a essa Assembleia que superiormente dirige o meu sincero agradecimento e gratidão pela forma como foi tratada a assinatura do protocolo de doação do espólio da minha irmã. Espero com este meu gesto ter dado um pequeno contributo para aquilo que ela considerava ser a obrigação de disponibilizarmos conhecimento, educação e cultura única forma de sermos mais cultos e responsáveis dos nossos deveres de cidadania, na defesa intransigente da liberdade e da democracia nas suas diversas valências. Um abraço a todos os eleitos municipais, presidentes de junta, vereadores e presidente da Câmara Municipal de Mogadouro. Com os melhores cumprimentos. Francisco Madruga.” -----*

-----A outra mensagem que o Sr. Presidente da Assembleia transmitiu a pedido da senhora presidente da junta de freguesia de Castro Vicente pela ausência justificada, foi a seguinte: divulgação de que no próximo dia dezoito e dezanove irá decorrer a sexta-Feira do Porco Bísaro na freguesia de Castro Vicente, fica o convite endereçado.-----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “mais uma vez, tenho uma dúvida, mas aproveitando que está o senhor vice-presidente questiono sobre a TECSAM - Dialise. Em relação ao projeto, que nós consideramos que é um projeto importante para a região, e que deve ser devidamente apoiado pela Autarquia sem dúvida. Ficamos preocupados que os postos de trabalho estejam em causa e tomara que se mantenham. Mas precisamos de saber o que está em causa, não nos podem fornecer o projeto, porque nos documentos enviados não os conseguimos encontrar, não está lá. Temos que ver qual é o projeto. Estão previstos investimentos, imputados à Câmara? O património fica para quem? Os terrenos foram cedidos por vinte e cinco anos já devem ter passados doze, como é depois deste período? São aqui três questões fundamentais que é preciso responder? -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para se dirigir ao Sr. deputado Jorge Dias (líder parlamentar da bancada do PS), salientando que o ponto que agora traz à discussão já foi abordado em ponto próprio, onde o Sr. Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente do Executivo da Câmara Municipal de Mogadouro e titular do dossier, prestou todos os esclarecimentos solicitados. Referiu que, tendo em conta a ausência do Sr. Presidente da Câmara e de não querer deixar passar em branco qualquer outra dúvida, o procedimento normal seria a Mesa da Assembleia recolher todas a dúvidas, transmiti-las ao Sr. Presidente da Câmara e posteriormente reencaminhá-las ao Sr. deputado por escrito pela Mesa da Assembleia ou prestada pelo próprio em próxima sessão ordinária desta Assembleia. -----

-----Justificou que as questões agora colocadas nos “outros assuntos” é extemporânea e inoportuna, com a agravante de não se encontrar presente o detentor do dossier, o Sr. Presidente da Câmara. Contudo, não querendo

negar a oportunidade de intervenção ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia deu-lhe a palavra no sentido de a querer usar se assim o entendesse. O Sr. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal manifestando intenção de usar da palavra em representação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia proporcionou-lha, mas sem antes relembrar esta Assembleia que estas situações são motivo de não voltarem a acontecer e que para isso exige-se um maior aproveitamento do trabalho parlamentar de cada um ou de cada grupo para obterem todos os esclarecimentos pretendidos.-----

▶ **ANTÓNIO SEBASTIÃO** usou da palavra e disse: “em resposta ao que o senhor deputado, Jorge Dias, disse, posso informar que o período não é por vinte e cinco anos, mas sim por cinquenta anos. Passado esse tempo todo o edifício passará para a Câmara Municipal, porque é só o uso. Não quer dizer que passados os cinquenta anos passe para o município pode continuar no usufruto da TECSAM, mas sendo sempre do Município o prédio. O projeto tem uns bungalows para uso dos hemodialisados, também podem ser para outro tipo de utilização. Com referência ao projeto podem pedi-lo na divisão de obras. Ser-vos-á fornecido o projeto, não há problema nenhum. Mas oh Jorge o projeto não é do Município.” -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para interromper a intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, que foi interpelado para um diálogo direto com o Sr. Deputado Jorge Dias, dizendo: “não queria debate paralelo senhor vice-presidente, não ceda à tentação de responder a uma pergunta que é colocada da bancada, faça a sua intervenção. Qualquer das formas se existe documentação, através da mesa da Assembleia podem sempre pedir documentos à Câmara. Portanto, será esse o procedimento, fica aqui o registo do pedido.” -----

▶ **ANTÓNIO SEBASTIÃO** usou da palavra e disse: “podereis fazer o pedido e o projeto ser-vos-á entregue.” -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “terá de ir ao púlpito fazer o pedido de esclarecimento e não pode ser em diálogo direto, não estamos no café. E mais uma vez lamento, porque existia um ponto próprio do tema para ser debatido. É uma exceção, não quero que se repita, ou não pretendo que se repita e não gostaria que se repetisse no futuro.” -----

▶ **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “senhor vice-presidente, estão previstos investimentos imputados à Câmara? -----

▶ **ANTÓNIO SEBASTIÃO** usou da palavra e disse: “em resposta à pergunta do senhor deputado, a Câmara não irá ter qualquer despesa no investimento. A Câmara só vai ceder o terreno, sem ser o terreno a câmara não vai ter despesa no investimento. Cede o terreno, todos os investimentos serão por conta dos proprietários da empresa.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “portanto, era o que estava contemplado quando nós aprovamos anteriormente, reconhecer a importância daquele espaço e daquele projeto para o Município. Estamos a dar-lhe o direito a concessão ao uso daquele espaço, é claro que o investimento do projeto é todo de natureza privada. Foi o que estivemos a debater no ponto anterior, portanto, o que foi trazido para aqui não devia ter sido trazido. Não sei se tem algum conselheiro de quem chegou atrasada a mensagem, tem que lhe dizer que seja mais oportuno.” -----

► **PAULO CARVALHO** usou da palavra e disse: “é muito breve, na verdade mais como Município do que como deputado municipal. Nos já levantamos aqui o assunto como deputados, nestas e em outras situações. -----Realmente existe uma situação em Mogadouro, é recorrente, tem a ver com a iluminação pública em várias zonas da sede de concelho, existe défice de iluminação e existem muitos candeeiros sem iluminação. -----Mas existe uma situação que me está a preocupar desde junho, e ainda não foi resolvida desde junho do ano passado claro, e, portanto, refere-se à zona histórica, ao centro urbano de Mogadouro que já por si só não é muito claro durante a noite. Todo aquele passeio que vai desde a Igreja de São Francisco até aos Casimiros tem as luzes fundidas. Já houve várias tentativas de contato quer por parte do site onde podemos reportar estas avarias, quer pela empresa que esta responsável pela manutenção, quer alertar o próprio Município para fazer força para que o problema seja resolvido. Sendo a zona histórica, no inverno as pessoas precisam de passar com gelo, nem tem a perceção se esta gelado, está demasiado escuro na zona histórica e o centro urbano de Mogadouro. E, portanto, pedia ao Município que fizesse as diligências necessárias para resolver essa situação uma vez que já tem um ano de atraso.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “obrigado senhor deputado, obrigado pela intervenção. Realmente são estes pedidos que são importantes para trazer neste ponto. Eu realmente corroboro pessoalmente, ontem constatei que está escuro, apelamos aqui à Câmara que seja resolvido. Mais algum pedido de intervenção.” -----

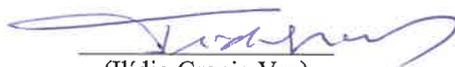
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao primeiro Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----O primeiro secretário da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

-----Finda a leitura da ata o senhor presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

-----Às doze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Ilídio Granjo Vaz, primeiro secretário da Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

O primeiro secretário da Assembleia Municipal,



(Ilídio Granjo Vaz)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Vítor Manuel Parreira Batista)

---

1)Esta ata é constituída por 16839 palavras, distribuídas por 38 páginas e 1617 linhas.